

RBEMF

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA
MONETÁRIA E FINANCEIRA

Número Especial – O “Tarifaço” de Trump | 2025

ISSN 3085-7643

Quando o Remédio Vira Veneno:
Diagnóstico Errado, Efeitos Colaterais
Econômicos do governo Trump e as Tarifas
como agravantes

Maria de Fátima J.C de Campos



Quando o Remédio Vira Veneno: Diagnóstico Errado, Efeitos Colaterais Econômicos do governo Trump e as Tarifas como agravantes

Maria de Fátima J.C de Campos.

Estudante de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

E-mail: Mariacerqueiradecampos@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa a política tarifária de Trump, que partiu de uma premissa equivocada, tratando o déficit comercial como uma desvantagem, sem considerar que ele é uma função necessária do sistema econômico global. As tarifas impostas geraram impactos globais, incluindo um aumento nas incertezas econômicas, com países emergentes, como o Brasil, sofrendo as consequências de flutuações cambiais e inflação. Além disso, essas tarifas aumentaram a instabilidade, afetaram as cadeias produtivas e geraram retaliações comerciais.

Palavras chave: *Déficit comercial, tarifas, economia global, instabilidade, incerteza fiscal*

Abstract

This article analyzes Trump's tariff policy, which was based on a flawed premise, treating the trade deficit as a disadvantage without considering that it is a necessary function of the global economic system. The imposed tariffs generated global impacts, including an increase in economic uncertainties, with emerging countries like Brazil suffering the consequences of currency fluctuations and inflation. Moreover, these tariffs increased instability, affected supply chains, and triggered trade retaliations.

Keywords: *Trade deficit, tariffs, global economy, stability, fiscal uncertainty*

Quando o Remédio Vira Veneno: Diagnóstico Errado, Efeitos Colaterais Econômicos do governo Trump e as Tarifas como agravantes.

Começando com uma pergunta que parece simples, mas carrega o peso da realidade: é possível tomar um remédio equivocadamente porque o diagnóstico foi mal feito e, ainda assim, esperar que ele funcione? A resposta é óbvia: sabemos que não. Mas, observando o cenário econômico atual, vemos que essa lógica básica não está sendo respeitada, pelo contrário. Entendemos que não há como esperar efeitos corretos de um remédio baseado em diagnóstico equivocado. Enxergamos que o tarifaço se constrói sobre um erro fundamental. O tarifaço foi lançado com a justificativa de buscar "equilibrar" o balanço de pagamentos dos Estados Unidos, um argumento que, em aparência, é fácil de vender: se gastamos mais no exterior do que recebemos, precisamos reequilibrar. Tarifas para equalizar, zero a zero. Simples? Não. E aqui começa o equívoco. O déficit na balança comercial ou de pagamentos não é simplesmente um excesso de compras, é algo estrutural. O dólar não é só a moeda dos Estados Unidos, é a moeda do mundo. Sendo a principal reserva internacional, existe uma demanda global por dólares.

Conforme Carvalho (2007), a moeda exerce funções essenciais de meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, e o papel do dólar como moeda de reserva global gera uma demanda estrutural que influencia diretamente os déficits comerciais e os fluxos financeiros dos EUA. Para que essa demanda seja atendida, os Estados Unidos precisam, inevitavelmente, gastar mais no exterior do que recebem. O déficit atua como uma engrenagem do sistema no modelo internacional atual, que funciona a partir da posição dos EUA globalmente. A economia americana, baseada em alta tecnologia e serviços, não se estrutura na produção de bens de baixo valor agregado. Importar não é uma fraqueza, é eficiência econômica. Os Estados Unidos têm renda alta e, naturalmente, consomem mais do que países menos desenvolvidos. Um exemplo disso é Lesoto que exporta diamantes para os Estados Unidos, mas não importa na mesma proporção. O déficit nas transações correntes é um desequilíbrio natural, produto das diferenças de riqueza e especialização produtiva — e não uma injustiça comercial. Vale destacar que a conta financeira da balança de pagamentos dos EUA em geral é superavitária, compensando o déficit comercial. Isso significa que embora as transferências de capitais e investimentos do exterior tenham superado o déficit comercial, eventualmente o valor dessa conta não tem sido suficientemente grande para cobrir completamente o déficit comercial. Basicamente o desequilíbrio estrutural da balança de pagamento continua, mesmo que os fluxos financeiros sejam positivos.

O erro de diagnóstico foi grave: o governo Trump partiu da falsa premissa de que déficit comercial é sinal de desvantagem para um país que tem moeda aceita internacionalmente, como é o caso do dólar. Portanto, com base nesse erro, propôs a retaliação tarifária como solução, não entendendo que tarifas não corrigem estruturas produtivas globais. Elas encarecem produtos, desorganizam cadeias de valor, reduzem investimentos e criam incerteza. Não mudam o papel do dólar no comércio internacional, nem alteram padrões de consumo globais. O resultado tem sido uma enorme instabilidade, não por acaso a maioria das alterações tarifárias foi temporariamente suspensa. Em vez de resolver o problema, o tarifaço pode mesmo agravar, iniciando uma guerra comercial que prejudica o crescimento global. E aqui cabe um alerta fundamental: o protecionismo da primeira metade do século XX não serve para a complexidade das economias interconectadas de hoje. Não se trata mais de duas ou três variáveis. Trata-se de dezenas. O protecionismo virou, hoje, uma fábrica de incerteza, afetando os fluxos de investimentos internacionais e potencialmente as cadeias produtivas em vigor, com efeitos inflacionários, entre outros. As empresas americanas, que deveriam ser as grandes beneficiadas, estão, na verdade, procurando alternativas. Empresas como a Apple já começaram a repensar suas cadeias produtivas, buscando diversificar fábricas para fora da China, mas também considerando novas rotas de produção para escapar da volatilidade tarifária. Em vez de investir mais nos Estados Unidos, o ambiente incerto poderá empurrar o capital para outras direções. Isso significa que a economia americana não está "bombando" como se esperava. Ao contrário: está mais instável. E essa instabilidade foi plantada dentro de casa. E o mais grave: Trump tentou atacar o sintoma (o déficit), sem perceber que o déficit era parte do sistema que dava aos EUA o

superpoder de emitir a moeda do mundo. Não dá para manter o dólar como moeda internacional e, ao mesmo tempo, eliminar o déficit externo. O mundo precisa de dólares. Para reservas, para comércio, para investimentos. Se os EUA gastarem menos do que recebem, os dólares somem do sistema. E, com isso, o comércio global trava. O dólar enfraquece. A hegemonia desmorona. O tarifaço, portanto, desconsiderou a lógica estrutural do balanço de pagamentos como sintoma e consequência da hegemonia do padrão dólar. Tentar preservar o dólar como moeda internacional e, simultaneamente, proteger a indústria doméstica é contraditório. A economia não é uma receita de bolo. O problema, em geral, não se resolve aplicando uma simples fórmula. A realidade econômica é dinâmica, incerta, moldada por expectativas e cheia de interações inesperadas. Tarifas protecionistas aplicadas às cegas, como está acontecendo, são como tentar barrar um furacão com um guarda-chuva. Mudanças na estrutura produtiva requerem estratégia e muito investimento.

O déficit comercial dos EUA não é um defeito, é a função que sustenta o sistema internacional atual. Segundo Mourão (2008), a estrutura econômica é constituída por setores produtivos e agentes econômicos inter-relacionados por meio do Processo Produtivo Geral, onde as funções de produção, geração de renda, consumo e acumulação se articulam para sustentar o equilíbrio e o dinamismo do sistema econômico. Com base nessa perspectiva, fica claro que a relação entre déficit comercial, fluxo de capitais e demais variáveis macroeconômicas envolve uma complexa rede de fatores econômicos interligados, o que reforça que o déficit não pode ser interpretado isoladamente. Corrigir isso artificialmente é destruir o próprio sistema que beneficia os EUA. Se o tarifaço já representava uma escolha equivocada ao atacar a engrenagem natural do sistema, a política fiscal pretende caminhar para aprofundar ainda mais essa vulnerabilidade. É como colocar peso extra em uma estrutura de vidro que já estava trincando. Trump pretende implementar cortes de impostos que defende com tamanho entusiasmo, mas a simples proposta já gera efeitos: expectativa de aumento do déficit fiscal, preocupação entre investidores, e projeções de trajetória insustentável da dívida pública americana. É a tempestade que se anuncia no horizonte antes mesmo da primeira gota cair. “O déficit orçamentário dos Estados Unidos já ultrapassa 6% do PIB. Em termos brutos, são mais de 1,8 trilhão de dólares. E o Congresso aprovou pacotes que podem adicionar mais 7 trilhões a dívida até 2034 de acordo com o Comitê para o orçamento federal” (New York Times, 2025).

Não se trata apenas de um número abstrato. Se o governo reduz impostos e não reduz gastos, a dívida explode. E a conta não fecha sem aumentar a emissão de títulos de dívida pública. Em outras palavras: mais títulos do Tesouro precisam ser vendidos para financiar esse rombo. Mas há um detalhe crítico: o mundo precisa querer comprar essa dívida. O mundo precisa continuar acreditando no dólar como porto seguro. E é exatamente aqui que o problema começa a se agravar de maneira estrutural. O tarifaço gera instabilidade. A trajetória fiscal gera desconfiança. As tarifas encarecem produtos. O déficit fiscal pressiona a dívida. E tudo isso, junto, mina a confiança global na capacidade dos Estados Unidos de honrar seus compromissos sem recorrer à inflação ou desvalorização. O dólar ainda é o porto seguro? Sim. Mas até quando, se a confiança começa a ser corroída de dentro para fora? Quando se planta instabilidade, se colhe desconfiança. É uma lei básica da economia. E não se corrige a desconfiança com discursos. Credibilidade monetária é um ativo que se constrói com décadas de estabilidade — e pode ser destruído em poucos anos de escolhas erradas.

Se a instabilidade plantada dentro dos EUA já é grave, o impacto fora das suas fronteiras é ainda mais perverso. Especialmente para os países emergentes, que são, nessa história toda, a última peça do dominó. E aqui cabe outra reflexão: Quando as peças de um dominó caem, uma bate na outra, e, assim, sucessivamente. Mas a última não bate em mais ninguém. Ela simplesmente cai no chão. Os emergentes estão exatamente nessa posição. Dependem da estabilidade do comércio global e da previsibilidade das moedas de reserva. Se os Estados Unidos desestabilizam o sistema, quem paga primeiro — e mais caro — são eles.

O Brasil, como um exemplo de um país emergente, sente isso na pele. O que se alinha com a obra de Carvalho et al. (2007), podendo ser compreendido que a estabilidade do sistema financeiro global depende da confiança dos agentes econômicos na moeda e nas instituições monetárias, e a deterioração dessa confiança no dólar pode gerar instabilidade, afetando

negativamente os mercados emergentes e o fluxo de capitais para esses países. O tarifaço e a instabilidade fiscal americana resultam em flutuações frequentes e imprevisíveis, com isso, moedas emergentes, como o real, também experimentam variações significativas em seus valores, podendo tanto valorizar como desvalorizar, dependendo do cenário global. E a desvalorização impacta em cadeia: o Brasil importa combustíveis, insumos industriais, fertilizantes agrícolas. Tudo fica mais caro. Tudo vira custo, que vira preço, que vira inflação. Não é só o impacto direto nos produtos importados. Existe também o impacto indireto via câmbio, via expectativas, via fuga de capitais. Num cenário onde tudo está instável, o investidor internacional não escolhe mais o "melhor país para investir", escolhe o menos instável. É um campeonato de quem balança menos. E aí, quando o real se desvaloriza e a inflação bate à porta, o Banco Central brasileiro é obrigado a agir mesmo sabendo que isso custa crescimento. Foi exatamente isso que vimos: “O Comitê de Política Monetária decidiu elevar a taxa básica de juros para conter a inflação persistente acima da meta, reconhecendo que essa medida pode desacelerar o crescimento econômico, mas priorizando a manutenção da credibilidade da política monetária para preservar a confiança dos agentes econômicos em um cenário de incertezas.” (RPM, 2025). Como Mishkin (2000), o principal mecanismo da política monetária é a alteração da taxa básica de juros, que impacta o custo do crédito e, conseqüentemente, reduz o consumo e o investimento, ajudando a controlar a inflação e desacelerar a economia. Isso fundamenta a decisão do Banco Central de endurecer a política monetária. Porque se a confiança na moeda se perder, tudo vai para o ralo. E manter confiança durante esse cenário não é tarefa simples. É como tentar tapar goteiras em uma casa velha durante uma tempestade: um balde aqui, outro balde ali. Sempre rearranjando as expectativas. Sempre lutando para não deixar o chão alagar. Essa é a realidade dos países emergentes hoje. Eles vivem em estado de alerta. A qualquer momento, se não forem estratégicos, a peça final do dominó cai no chão e sem amortecedor.

Toda essa dinâmica da instabilidade americana até a vulnerabilidade dos emergentes desenha um cenário de passos dados no escuro. A economia global atualmente com tamanha incerteza caminha sem enxergar claramente o chão. Mas, nesse escuro, alguns escolheram caminhos ainda mais arriscados. O tarifaço, aliado à instabilidade fiscal, representa exatamente isso: não só um erro de diagnóstico, mas a opção consciente por acelerar o que já seria inevitável. A crise da hegemonia do dólar já estava no horizonte. Mas, ao tomar decisões que minam a própria credibilidade, os EUA simplesmente pegaram o atalho mais rápido para cair no buraco.

A cegueira estratégica é evidente. Ignoram a complexidade da economia global, como se ela pudesse ser resolvida com meia dúzia de fórmulas protecionistas de um século atrás. Mas não é. Se fosse fácil assim, não haveria dezenas de teorias econômicas tentando explicar o funcionamento de sistemas que são, por natureza, instáveis, imprevisíveis e interdependentes. Quando a política econômica se reduz a slogans simplistas, a tragédia não é imediata, mas se desenha, lenta e inevitavelmente. Hoje, o dólar ainda é forte. Mas essa força se mantém por inércia, por falta de alternativa, não por mérito recente. O mundo está se reorganizando, está buscando maneiras de depender menos de uma moeda cuja gestão se tornou cada vez mais arriscada. Os países emergentes — a última peça do dominó — precisam entender isso rapidamente. Não têm o luxo de errar. Quem tem poder e reserva pode se dar esse luxo. Quem não tem, precisa ser estratégico para se manter. O diagnóstico original foi errado. O remédio aplicado é perigoso. E o antídoto ainda precisa ser descoberto. Mas uma coisa é clara: enquanto insistirem em trazer soluções superficiais, estarão apenas acelerando a queda.

Considerações Finais

A política tarifária adotada pelo governo Trump, fundamentada em um diagnóstico errado sobre o déficit comercial, teve consequências significativas para a economia global. Ao tratar o déficit como uma desvantagem, sem compreender sua função estrutural no sistema econômico mundial, as tarifas aumentaram a instabilidade, impactaram negativamente as cadeias produtivas e geraram retaliações comerciais. Para os países emergentes, como o Brasil, isso pode levar a flutuações cambiais e inflação, exacerbando ainda mais a incerteza econômica. Em vez de corrigir um problema, o tarifaço aprofunda as vulnerabilidades estruturais da economia global, mostrando que soluções simplistas não são adequadas para enfrentar os desafios complexos do mundo interconectado de hoje. A confiança nas políticas econômicas, tanto dentro quanto fora

dos Estados Unidos, continua a ser corroída, e a instabilidade gerada por essas escolhas pode ter efeitos de longo prazo para a economia global.

Referências

Relatório de Política Monetária Volume 1 | Número 1 | Março 2025 -

<https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202503/rpm202503p.pdf>

The New York Times (2025) <https://www.nytimes.com/2025/05/03/opinion/trump-budget-trade-deficit.html#>

CARVALHO, F. C. et al. Economia Monetária e Financeira: teoria e política. 2ª ed.

MISHKIN, Frederic S. Moeda, Bancos e Mercados Financeiros. 5ª ed. Tradução de Christine Pinto Ferreira Studart. Revisão técnica de Rogério Studart.

MOURÃO, Francisco de Assis. Contabilidade Social. Universidade Federal do Amazonas, 2008.